

Ensaio de aplicação do modelo sistémico e interativo à documentação da Misericórdia de Monforte, à guarda do Arquivo Histórico Municipal

Application of the scientific and systemic vision to the Misericórdia de Monforte documentation held by the Municipal Historical Archive

ANTÓNIO JORGE BOTELHEIRO CARRILHO

Técnico Superior do Arquivo Distrital de Portalegre
carrilho.antonio@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5508-2299>

RESUMO

Este texto resulta da inventariação das séries documentais de cinco fundos depositados pela Misericórdia de Monforte no Arquivo Municipal daquela vila, em outubro de 2021, a saber: Misericórdia de Monforte; Misericórdia de Assumar; Comissão de Assistência do Concelho de Monforte; Comissão de Assistência aos Pobres de Monforte; Clube Artístico Monfortense. Tem como principal objetivo estabelecer um quadro de classificação orgânico-funcional harmonizado com o modelo sistémico e interativo preconizado por Armando Malheiro da Silva (Silva, 2004, pp. 55-84), Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real (Silva et al., 1999). Assente no pressuposto de que famílias e outras entidades públicas e privadas são sistemas dinâmicos que geram, contextualizam e recebem informação, comunicada através de um suporte material, o modelo propõe levar a cabo uma

pesquisa, que forneça informação rigorosa sobre a documentação acumulada, tomando como referência a metodologia avançada por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete (1974, como citado em Silva et al., 1999, pp. 220-224)¹.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística histórica; Modelo sistêmico e interativo; Classificação.

ABSTRACT

This text results from the inventory of the documentary series of five funds deposited by the Misericórdia de Monforte in the Municipal Archive of that town in October 2021, namely: Misericórdia de Monforte; Misericórdia de Assumar; Comissão de Assistência do Concelho de Monforte; Comissão de Assistência aos Pobres de Monforte; Clube Artístico Monfortense. Its main objective is to establish an organic-functional classification framework harmonised with the systemic and interactive model advocated by Armando Malheiro da Silva (Silva, 2004, pp. 55-84), Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos and Manuel Luís Real (Silva et al., 1999). Based on the assumption that families and other public and private entities are dynamic systems that generate, contextualise and receive information, communicated through a material medium, the model proposes carrying out a search that provides rigorous information on the accumulated documentation, taking as a reference the methodology put forward by Paul de Bruyne, Jacques Herman and Marc de Schoutheete (1974, as cited in Silva et al., 1999, pp. 220-224).

KEYWORDS: Historical archivistics; Scientific and systemic vision; Classification.

Abreviatura utilizada

MMFT – Misericórdia de Monforte

SCMMFT – Santa Casa da Misericórdia de Monforte

¹ O modelo sistêmico e interativo resulta da aplicação de uma metodologia assente em quatro polos de análise de uma determinada realidade, destacando-se no polo teórico o “princípio da ação estruturante”, que é, no fundo, o conjunto de fatores que geram um Arquivo, a sua organização e função, e o da “integração dinâmica”, que consta das relações que o Arquivo experimenta com outros sistemas, influenciando-os e recebendo, ele próprio, os contributos daqueles (De Bruyne et al., 1974, como citado em Silva et al., 1999, pp. 220-224).

Introdução

Este texto resulta dos contactos estabelecidos em 2021, com o então Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Monforte, Professor Doutor Joaquim Mourato, que reconheceu a inexistência de condições para manter condignamente salvaguardados os diferentes fundos documentais à guarda daquela instituição. Cingimo-nos aqui ao fundo da Misericórdia de Monforte, que integra 472 (das 534) unidades de instalação, contendo documentos de grande valor histórico para aquela instituição e para a vila de Monforte, com mais de cinco séculos de história. Essas unidades e as dos restantes fundos foram objeto de um trabalho de arquivística histórica, apostado em perceber o contexto e âmbito de produção, a par do conteúdo da informação, resultando num trabalho de inventariação e no estabelecimento de quadros de classificação baseados em critérios orgânicofuncionais e no modelo sistémico e interativo, já referido. O modelo sistémico assenta no pressuposto de que as famílias e outras entidades públicas e privadas são sistemas dinâmicos, que geram, contextualizam e recebem informação, comunicada através de um suporte material. A proposta do modelo sistémico consiste precisamente em levar a cabo uma pesquisa, que contextualize, disponibilize informação rigorosa sobre a documentação acumulada, documento a documento. O arquivista deixa de ser o mero disponibilizador, arrumador, preservador, inventariante, para passar a ser o cientista que procura compreender e explicar o objeto informacional (o documento) em toda a sua complexidade. Não nos arvorámos a tamanho empreendimento, porque seria impossível fazê-lo em tão curto espaço de tempo. Fica, porém, uma base para trabalhos futuros de descrição.

Este contributo, dirigido a todos os que se ocupam do estudo dos documentos, assenta num ponto de vista em que a História e a Arquivística surgem como duas faces, inseparáveis, da mesma moeda, enunciado que abordaremos no próximo título deste texto.

Segue-se uma inevitável abordagem às publicações que versam, em termos mais latos, as metodologias adotadas no trabalho de inventariação que realizámos, a história e arquivística das misericórdias e, mais restritos, sobre o fundo da Misericórdia de Monforte, transferido em 27 de outubro de 2021.

Em seguida apresentamos uma pequena súpula sobre a história da entidade produtora, perscrutando previamente a antropologia histórica do seu arquivo e as suas práticas arquivísticas formais.

2. Contributos metodológicos de referência

É no domínio das metodologias adotadas que importa retomar a ideia avançada na introdução – História e Arquivística como duas partes inseparáveis da mesma moeda. Nesta linha de pensamento, realçamos o trabalho de Maria de Lurdes Rosa (Rosa, 2017, pp. 547-586), que prioriza a necessidade de entender o contexto de produção da documentação, através da aplicação de um método de múltiplas etapas, em que a análise rigorosa das práticas de documentalização das instituições, a par do conhecimento da sua história, é imprescindível para uma mais eficaz e eficiente descrição arquivística (a aplicação prática desta metodologia é refletida no item 4 do presente artigo). Esta premissa condiz com a teoria avançada por David B. Gracy II (Gracy II, 1977, como citado em Bellotto, 2016, p. 142), que defendia que, para uma organização bem-sucedida dos fundos, o arquivista tem de analisar os documentos “em termos de: proveniência; história da entidade ou biografia do indivíduo produtor dos documentos; origens funcionais – atividades específicas das quais os documentos resultam; conteúdo – a extensão dos vários tópicos, eventos e períodos; tipos de material” (Gracy II, 1977, p. 15, como citado em Bellotto, 2016, p. 142).

Não esquecemos também um importante texto da autoria de Luciana Duranti e Giovanni Michetti (2017), intitulado “The Archival Method”. Para estes dois autores, a investigação arquivística tem como principal objeto de estudo os documentos, e em função deles, do seu contexto e características, foca as suas atenções na entidade que os cria e nas interações entre ambos. Recorrendo a Giorgio Cencetti (1970, como citado em Duranti & Michetti, 2017) e à sua afirmação, de que o objetivo é “determinar as funções do criador dos documentos, estudar como elas eram cumpridas, para verificar a forma como foram documentadas”², Duranti e Michetti afirmam que a diferença entre a investigação histórica e a investigação arquivística está na abordagem. A primeira foca-se na ação humana, a segunda nos documentos que resultam da ação humana. Os autores suportam-se também em Vittorio Stella (1985, pp. 34-35, como citado em Duranti & Michetti, 2017, pp. 85-86), realçando o facto de a pesquisa em arquivos ser estimulada pela natureza e características do material que

² Tradução nossa. Cencetti, 1970, p. 65, como citado em Duranti & Michetti, 2017, p. 86: “Cencetti refines this idea by saying that the archival questions are indeed always the same, as they aim “to determine the records creator’s functions, to study how they were fulfilled, and to ascertain the way they were documented.”

estuda. É neste cruzamento de saberes que procuramos entrar, como arquivistas historiadores.

De grande interesse monográfico e arquivístico, a obra de Rute Dias Gregório apresenta, nas primeiras páginas, a inspiração metodológica da escola canadiana e australiana e da Universidade do Porto (Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro), que entendem os arquivos como sistemas de informação integrada, em que os documentos devem ser estudados num todo, e não em idades estanques definidas pela teoria das três idades da arquivística tradicional (Gregório, 2015, p. 20).

No campo da nomenclatura ou definição/delimitação dos diferentes níveis de descrição arquivística, socorremo-nos da norma internacional (Conselho Internacional de Arquivos, 2002, pp. 13-15), da congénere nacional (Direção Geral de Arquivos – Programa de Normalização da Descrição em Arquivo; Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo, 2007, pp. 296-307) e do *Multilingual Archival Terminology* (Duranti, 2012). A opção, tendo em conta as definições avançadas pelos três instrumentos de referência, foi não segmentar mais do que o necessário, ao nível do Fundo, encontrando-se claramente definidos cinco fundos, correspondentes a cada uma das entidades produtoras (Misericórdia de Monforte; Misericórdia de Assumar; Comissão de Assistência do Concelho de Monforte; Comissão de Assistência aos Pobres de Monforte; Clube Artístico Monfortense). A segmentação dos fundos ocorre a partir das secções, tendo em conta a definição avançada pelas *Orientações para a Descrição Arquivística*: “Secção - Subdivisão de um fundo ou de um subfundo contendo um conjunto de documentos relacionados que corresponde a subdivisões administrativas não autónomas da entidade produtora [...]” (Direção Geral de Arquivos..., 2007, p. 305).

É assim que, tendo em conta a inexistência de autonomia do Hospital do Corpo de Deus face à Misericórdia de Monforte, o consideramos uma secção e não um subfundo³ (subsistema). De igual modo, consideramos uma secção a Capela de Pedro Correia de Andrade, pois a sua documentação, existente no seio do fundo documental da Misericórdia de Monforte, depende, em termos de produção, da Mesa ou Comissão Administrativa, apesar de no processo de contas ou partilha dos rendimentos da Capela estarem

³ Direção Geral de Arquivos..., 2007, p. 305: “Subfundo – Subdivisão de um fundo que corresponde a subdivisões administrativas ou familiares da entidade produtora, com um elevado grau de autonomia”.

envolvidas a Irmandade do Santíssimo Sacramento, o Prior da Matriz e a Câmara Municipal de Monforte⁴.

3. Historiografia sobre as misericórdias

Os estudos sobre as misericórdias, que têm como precursor em Portugal Costa Goodolphim (Goodolphim, 1897)⁵, deixaram de ser somente parte integrante de obras de maior abrangência temática – como a *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, a *História dos Municípios e do Poder Local*, dirigida por César Oliveira, a *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão, entre outras –, para constituir monografias específicas sobre aquelas instituições.

A *História de Portugal* dirigida por José Mattoso inclui “Os equilíbrios sociais do Poder: A Igreja”, da autoria de Francisco Bethencourt (1993, p. 150), introduzindo as Misericórdias num contexto de grandes reformas políticas e eclesásticas, com a Coroa a reorganizar-se e a desenvolver mecanismos burocráticos de controlo de todas as esferas da sociedade, e a Igreja e reformar-se, fruto das ameaças europeias à sua hegemonia, mas ao mesmo tempo permeável à assimilação dos seus agentes e da sua mensagem por corporações autónomas, como as misericórdias. Ainda que colocadas sob proteção régia, estas desenvolveram obras corporais e espirituais remetendo para a mensagem de Jesus Cristo, tornando-se gestoras de hospitais, prestadoras de assistência espiritual e material aos pobres e prisioneiros:

Estas associações de leigos têm um enorme impacto na população durante séculos, pois são responsáveis pela fundação e administração de numerosos hospitais em todo o reino, pelo acompanhamento dos enfermos e enterro dos mortos, pela assistência aos pobres, aos presos e aos condenados à morte. Para além disso, as misericórdias desenvolvem uma importante acção como executoras de testamentos ou procuradoras de confrades que faziam transferências de dinheiro de diferentes partes do império. (Bethencourt, 1993, p. 150)

⁴ Para melhor se compreender o discurso, apresentamos, antes da bibliografia, o quadro de classificação elaborado para o fundo documental da Misericórdia de Monforte.

⁵ A Misericórdia de Monforte é ignorada pelo autor, não figurando entre as misericórdias do distrito de Portalegre.

Na obra dirigida por César Oliveira, Isabel dos Guimarães Sá (1996a, p. 55), sob o título «As Confrarias e as Misericórdias», destaca o papel do Concílio de Trento (1545-1563) na definição das competências das confrarias laicas, como as misericórdias, e das eclesiásticas, diferenciando claramente o “monopólio das tarefas assistenciais” (Sá, 1996a, p. 55) das primeiras, do papel quase estritamente devocional das segundas. Quanto aos membros, os das misericórdias tornam-se exclusivamente masculinos, em menor número e de melhor condição social (a partir de Trento e até à República – 1910-1926); e os das segundas de ambos os sexos, mais numerosos e de todas as condições sociais. A autora destaca igualmente o papel social, equiparado ao das câmaras municipais (Sá, 1996b, pp. 136-142), o que é corroborado com a alternância dos irmãos das misericórdias entre os cargos de mesários e de vereadores. Com um poder económico nem sempre líquido, dada a dificuldade de cobrança de rendas e foros, a oneração dos seus bens por legados pios, dívidas dos anteriores proprietários ou apropriação de bens por parte dos membros das mesas, as misericórdias preocupam-se em obter rendimentos de forma mais fácil e livres de encargos, cobrando empréstimos a juros ou fazendo peditórios de esmolos. Outro aspeto focado é o das eleições indiretas que escolhiam, anualmente, as novas mesas, situações muitas vezes pautadas por grandes irregularidades e manipulações de resultados, com a escolha calculada dos eleitores que haviam de eleger os membros da Mesa (Sá, 1996b, pp. 139, 140). Trata-se de um texto importantíssimo porque nos permite conhecer as dinâmicas internas das misericórdias, quer no tocante à sua gestão, funcionamento e enquadramento social, quer no que concerne o corpo de funcionários remunerados que punham em prática as obras definidas em sede estatutária.

A *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão também dedica alguma atenção às misericórdias. No terceiro volume aborda, num primeiro título – «Hospitais, boticas e misericórdias» – a sua rápida implantação nas terras recentemente descobertas, conquistadas ou ocupadas, em territórios ultramarinos da Ásia e da América (Serrão, 1988, pp. 156-158)⁶ em perfeita harmonia cronológica com as surgidas em Portugal metropolitano e com a existência de outras instituições assistenciais. Num segundo título do mesmo volume – “A fundação de misericórdias” (Serrão, 1988, pp. 348-353) – traça uma súpula da sua história, remetendo a sua inspiração para as estruturas

⁶ Na Índia, são fundadas misericórdias em Goa (1525), Cochim (1527), Baçaim (1547). No Brasil, a primeira misericórdia surgiu em Santos (1543), seguindo-se a Baía (1549), Espírito Santo (1551), Ilhéus (1564), Rio de Janeiro (1567), finais do século XVI (São Paulo). (Serrão, 1988, pp. 156-158).

medievais destinadas a dar apoio aos viandantes (albergarias), enfermos (hospitais) e padecentes de doenças tidas como intocáveis (gafarias), instituições que, por questões financeiras e de sobrevivência, acabaram por fundir-se em hospitais de maiores dimensões no tempo de D. Manuel I. Refere, de igual modo o papel da rainha-viúva-regente, D. Leonor, irmã do rei, a quem se deveu a fundação da primeira Misericórdia em 1498, enumerando as funções primitivas e descrevendo a sua disseminação pelo país, abordando muito superficialmente a forma de funcionamento e regulamentação, em sede de compromisso. No quarto volume (Serrão, 1990, pp. 400-404) destaca a continuidade do processo de instituição e proteção das misericórdias durante o domínio dos reis Filipes. Releva o papel dessas instituições no apoio aos desvalidos, em contexto de fome, peste e guerra.

Entrando na temática específica das misericórdias, existem títulos de maior fôlego como o *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coordenado por José Pedro Paiva (início de publicação: 2002; projeto em curso) (Paiva, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006). Trata-se de uma iniciativa que, à imagem da *Portugaliae Monumenta Historica* e da *Monumenta Henricina*, colige um grande e multitemático número de documentos importantes para o estudo das diferentes misericórdias, contextualizando-os historicamente e indicando os seus depositários.

Realçamos também a *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000* (Sá & Lopes, 2008), conduzindo-nos desde as origens medievais das misericórdias e a sua missão original muito próxima da mensagem evangélica, pela sua evolução temporal, coincidente com um distanciamento da mensagem cristã e o entrosamento das elites do poder, primeiro por questões económicas e de prestígio social, e depois, com o maior controlo e fiscalização das contas por parte da Coroa, como forma de ascensão social e política. As autoras explicam o sucesso das Misericórdias até aos dias de hoje, não obstante os períodos conturbados por que passaram, adaptando-se às exigências sociais e funcionais solicitadas pelos regimes políticos e períodos históricos que foram atravessando, bem como sujeitando-se à sanção da Igreja Católica, no que toca à aprovação dos compromissos, à validação das mesas e assembleias gerais e das próprias contas das instituições.

O livro *As Misericórdias do Algarve*, de Maria Helena e Victor Roberto Mendes Pinto (Pinto & Pinto, 1968, p. 25), aborda a história institucional, patrimonial e arquivística das irmandades daquela região. Dos assuntos tratados damos destaque aos emblemas das Misericórdias conhecidos como Bandeira Real (estandarte de Nossa Senhora da Misericórdia), que acom-

panhavam os enterros. A sua presença era recompensada com a cedência da sepultura e com esmolas, que revertiam para a receita das instituições e eram sucessivamente aplicadas em outras obras de assistência aos desvalidos, como o enterro de todos os que não tinham nada de seu, dando-lhes sepultura e roupa digna. A iconografia do pendão, estandarte ou bandeira real das misericórdias foi adotada em 1575 pela Misericórdia de Lisboa, passando a ser como um cânone para as restantes por alvará de Filipe III, de 1627:

aparecimento dum retrato de Frei Miguel Contreiras na face da bandeira onde a Senhora das Misericórdias, de braços abertos, protege com o seu manto um rei e uma rainha, em memória de D. Manuel I e D. Leonor, primeiros irmãos da Irmandade. Do lado esquerdo do painel ajoelham um papa, um cardeal, um bispo e um frade, como membros da Igreja Militante. As letras F.M.I. deviam marcar a figura do frade trinitário, para não haver dúvidas de que era Frei Miguel, o Instituidor das Misericórdias. (Pinto & Pinto, 1968, p. 25)



Figura 1 - Frente da Bandeira da Misericórdia de Monforte.
Nota. Óleo sobre tela da autoria de Torres (1886). Créditos fotográficos: Patrícia Cutileiro.



Figura 2 - Frente da Bandeira da Misericórdia de Monforte.
Nota. Óleo sobre tela da autoria de Torres (1886). Créditos fotográficos: Patrícia Cutileiro.

Fernando Calapez Corrêa (Corrêa, 1998, p. 7) assina os *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos* (1998), aludindo às origens das misericórdias em confrarias dedicadas à caridade. Algumas foram criadas por inspiração de ordens religiosas e outras tiveram o seu berço em corporações de ofícios, para “prestação de socorros mútuos aos seus membros” (Corrêa, 1998, p. 7). A caridade e mutualidade, seus apanágios, fez com que algumas misericórdias se dotassem de albergarias, hospitais, leprosas e mercearias. O autor explica-nos que o número de instituições de assistência teve grande incremento durante a Idade Média, fruto de motivações religiosas relacionadas com a salvação da alma pela prática de boas ações. O grande número de associações, os abusos cometidos pelos irmãos, a rivalidade entre elas e a consequente falta de rendimentos, motivaram a decisão de D. Afonso V de retirar os privilégios que lhes haviam sido concedidos e promover a fusão de hospitais nas localidades onde houvesse mais do que um. O mesmo aconteceu no reinado de D. João II, com a criação do Hospital Real de Todos os Santos (1491), e de D. Manuel I, com a entrega à Misericórdia de Lisboa, dos rendimentos de 43 hospitais da cidade, mediante o respeito

pelo cumprimento dos deveres de assistência aos enfermos, idosos, inválidos, pobres e peregrinos (1504). Passando pelos condicionalismos que envolveram a fundação da Misericórdia de Lisboa, Calapez Corrêa referencia que em 1618, Filipe II reformou os estatutos e ordenou a sua observância por todas as Misericórdias nacionais, atendendo às especificidades locais. Em homenagem a Frei Miguel Contreiras, o seu retrato e insígnia F.M.I. (Frei Miguel Instituidor) passou a estar presente na bandeira da Misericórdia de Lisboa, e nas bandeiras de todas as misericórdias do país, pelo referido alvará de Filipe III, de 26 de abril de 1627.

Joaquim Candeias da Silva assina um trabalho (Silva, 2017, pp. 47-67) de que relevamos a explicação da origem do étimo Misericórdia:

Num ponto essencial, no entanto, convergem todas elas: os objetivos. Estes, na sua essência, foram e continuam a ser os mesmos de sempre, consubstanciados na prática das Obras de Misericórdia cristãs, sobretudo as sete corporais, em síntese: promover de uma forma continuada e organizada atos de caridade para com os nossos semelhantes, designadamente os mais pobres, os indigentes, as crianças órfãs ou enjeitadas, os doentes e sofredores. Aliás, é esta a etimologia de misericórdia, palavra vinda do latim e já usada pelos romanos do tempo de Jesus Cristo: de miser, infeliz, triste, que sofre > misericors (-cordis), sensível à compaixão por quem sofre. (Silva, 2017, p. 49)

A obra de Rute Gregório, referida no tópico anterior, aborda o surgimento, fundação e funcionamento das misericórdias ao longo dos tempos, até à sua sujeição às diretrizes da Igreja Católica a partir dos Congressos realizados durante o Estado Novo (1933-1974), sujeição que estranhamente se consolidou após o 25 de abril de 1974. As segunda e terceira partes do trabalho versam, respetivamente, sobre o Arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada antes e após a implantação do Liberalismo (1834), e para o qual a autora, partindo da análise dos sucessivos compromissos e da estrutura orgânico-funcional neles contida, define as séries documentais produzidas pela misericórdia da cidade açoriana e configura um quadro de classificação segundo o modelo sistémico sugerido por Malheiro da Silva et al. (1999), que também nós procuramos configurar, a par do seguimento da norma de descrição preconizada pelas ISAD(G), ISAAR (CPF) e pelas ODA.

Seria impossível referir todos os trabalhos versando as misericórdias, muitos deles disponíveis somente na internet, através dos sistemas de informação produzidos com base em aplicações informáticas de tratamento

arquivístico. Acreditamos que nos próximos anos, em que se assinalará sucessivamente o 500.º aniversário de diferentes misericórdias, surgirão mais monografias comemorativas da sua instituição, enriquecendo o corpo bibliográfico e científico nacional, a respeito daquelas e dos seus arquivos, cada vez mais valorizados.

4. “Antropologia Histórica” do arquivo da Misericórdia de Monforte: práticas arquivísticas formais da instituição

A instituição da MMFT, à semelhança das suas congéneres e de qualquer entidade organicamente estabelecida, com estatutos ou regulamentos que carecem da aprovação governamental, pressupôs desde o início a configuração de práticas arquivísticas formais. Tal é comprovado pela existência da figura do escrivão (ou secretário) nos diferentes compromissos e regulamentos da misericórdia. Por exemplo, de acordo com o *Compromisso da Misericórdia de Lisboa* de 1745, adotado pela Misericórdia de Monforte, ao escrivão da mesa competiam os assentos “nos livros dos correntes dos dotes, cativos, letras, depósitos, Acordãos e segredos” (*Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, 1745, fl. 11v.)⁷. O mesmo compromisso prevê, entre os funcionários assalariados, a existência de:

huma pessoa fiel, verdadeira, pratica, e inteligente, e bom escrivão, que tenha cuidado do cartorio, e tome noticia de tudo o que nelle ha, para que possa dar razão, sendo necessario, nos casos, que sucederem, e pedirem informação de papeis, que no dito arquivo se reservão; porque as cousas da Misericordia, que ficão em escrito, são muitas, e muy varias. (*Compromisso da Misericordia de Lisboa*, 1745, fl. 28)

Outro exemplo que recolhemos, de interesse para medir o pulso da organização do arquivo: “Compete ao Secretario: Ter o archivo em boa ordem, lavar as actas das sessões da Commissão [...]” (“Instruções Provisórias para a Commissão Administrativa da Santa Caza da Mizericordia e Hospital”, 1855, fl. 69v.).

⁷ O *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, de 1662 (Officina de Henrique Valente de Oliveira, fls. 10 verso e 11 frente) continha idênticas disposições.

O Compromisso de 1912 da MMFT manifesta também essa preocupação gestonária, em uma passagem que retemos, sobre as incumbências do secretário: “[...] vigiar pela ordem e pela conservação do cartório” (*Projeto d’um novo compromisso para a antiga Santa Casa da Misericórdia de Monforte*, 1912, p. 13).

A legislação nacional aponta no mesmo sentido, e embora seja impossível referi-la na sua plenitude, não podemos omitir os que incidem na temática da Arquivística Histórica da Misericórdia de Monforte e das suas práticas arquivísticas. Neste âmbito destacamos o Alvará Régio de 27 de novembro de 1645, promulgado por D. João IV, autorizando o escrivão da Misericórdia de Monforte (MMFT) “a trasladar todos os papeis, testamentos, escripturas, tocantes à dita Casa ao seu Livro de Tombo” (Alvará Régio, 1645), a que se seguia a respetiva autenticação em tabelião público, através dos respetivos assentos. Trata-se de um contexto em que as instituições sentem necessidade de assumir o controlo da sua documentação, atuação conforme com o período da história do mundo ocidental, em que a documentação arquivística se assume como uma fonte de poder e se assiste ao desenvolvimento dos arquivos administrativos (Mundet, 1994, p. 35, 36). Outro alvará, de 18 de outubro de 1806, reitera a necessidade de as misericórdias manterem os arquivos organizados, para prestação de contas às mesas administrativas sucessivas e aos representantes do Governo:

VI. Para que as sobreditas contas se formalizem com exacção, haverá em cada huma das Casas, e Hospitaes os livros necessarios para nelles se lançarem todos os referidos assentos, provendo os Irmãos da Meza, que actualmente estiverem servindo, o que for preciso para este fim: E em todas haverá um livro separado, em que estejam descritos todos os Bens moveis, e de raiz, direitos, e acções pertencentes á mesma Santa Casa, com declaração dos Titulos da sua aquisição, e nota dos encargos com que forão deixados; para com este se poder combinar a receita, e despeza; e conhecer não sómente da boa arrecadação, mas tambem da pontual observancia da vontade dos Instituidores, e da boa applicação dos rendimentos. (*Alvará, por que Vossa Alteza Real Ha por bem Determinar que as Casas de Misericordias das Cidades, e Villas destes Reinos, e seus Dominios, se regulem pelo Compromisso da Santa Casa da Misericordia de Lisboa*, 1806, p. 3)

Os chamados tombo são incontornáveis como testemunho da prática de manter acessível, organizado e atualizado o rol de bens das instituições.

No fundo da MMFT estão disponíveis alguns, atualizados por questões de legibilidade e de baixas ou novas entradas nos inventários. Aqui ficam alguns exemplos:

- *Tombo de 1744*: Copiador de testamentos, escrituras e papéis pertencentes à Santa Casa da Misericórdia (Figura 3).

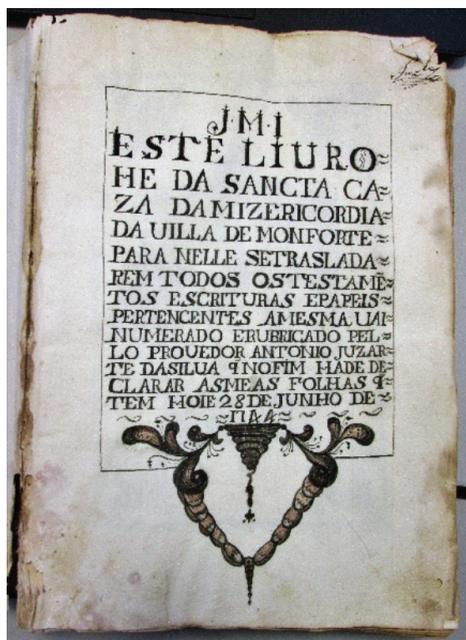


Figura 3 - Frontispício do Tombo de 1744.

Nota. Legenda: JMI

ESTE LIURO HE DA SANCTA CAZA DA MIZERICORDIA DA UILLA DE MONFORTE PARA NELLE SE TRASLADAREM TODOS OS TESTAMËTOS ESCRITURAS E PAPEIS PERTENCENTES A MESMA, UAI NUMERADO E RUBRICADO PELLO PROUEDOR ANTONIO JUZARTE DA SILUA Q NOFIM HADE DECLARAR AS MEAS FOLHAS Q TEM HOIE 28 DE JUNHO DE 1744. Créditos fotográficos: António Jorge Botelho Carrilho.

- *Livro de todos os foros e rendas da Caza da Misericórdia da Villa de Monforte. Anno de 1802.*
- *Livro de todos os foros e rendas da Casa do Hospital da Vila de Monforte. [Também designado como] Tombo do Hospital (1802).*
- *Livro do tombo da Santa Caza da Misericórdia da Villa de Monforte e Hospital anexo da mesma (1850).*

Se folharmos algumas séries documentais do acervo (Atas das sessões; Receituários; Sessões e Eleições; Livros de foros e rendas, etc.), rapidamente concluímos, quer pela existência dos competentes termos de abertura e

encerramento, quer pelos números de ordem que alguns deles ostentam, que existia uma organização documental, e que a mesma era vistoriada regularmente, conforme se comprova pela menção “V.^{to}” ou “Visto” presente em alguns dos volumes.

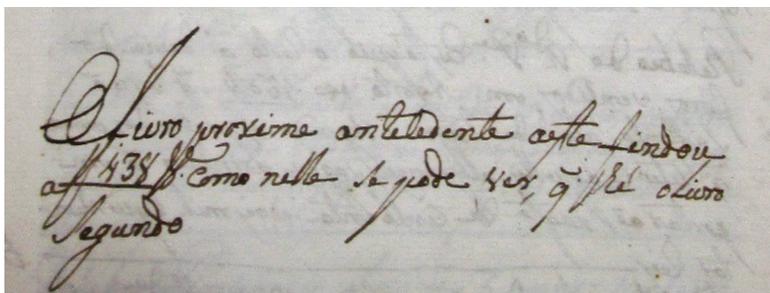


Figura 4 - Pormenor com remissão para livro anterior da Receita do Hospital, 1803 a 1841.

Nota. Remissão para livro anterior: “O livro próximo antecedente a este findou a f. 138 como nelle se pode ver, q. he o livro segundo”. In *Hospital. Receita. 1803 a 1841*. Créditos fotográficos: António Jorge Botelho Carrilho.

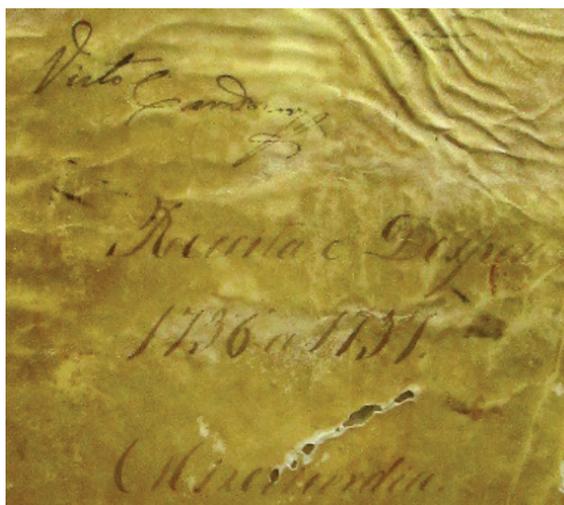


Figura 5 - Pormenor de título do livro de Receita e Despesa da Misericórdia (1736-1737) com assinatura de fiscalização.

Nota. Legenda: “Visto [a.] Cardoso”. In *Receita e Despesa. 1736 a 1737. Misericórdia*. Créditos fotográficos: António Jorge Botelho Carrilho.

Outros exemplos que remetem para a existência de um arquivo organizado são um *Receituário do Hospital* (1848-1853), referindo um conjunto de receitas avulsas que são entregues ao arquivo (Figura 6) e o livro dos *Irmãos* (Figura 7).

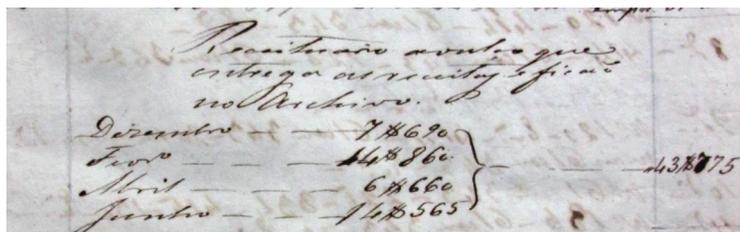


Figura 6 - Pormenor de Receituário do Hospital de Monforte (1848-1843), com remessa ao arquivo.
 Nota. Legenda: "Receituário avulso que entrega as receitas e ficão no Archivo [...]". *Receituário do Hospital de Monforte* (1848-1853). Créditos fotográficos: António Jorge Botelho Carrilho.

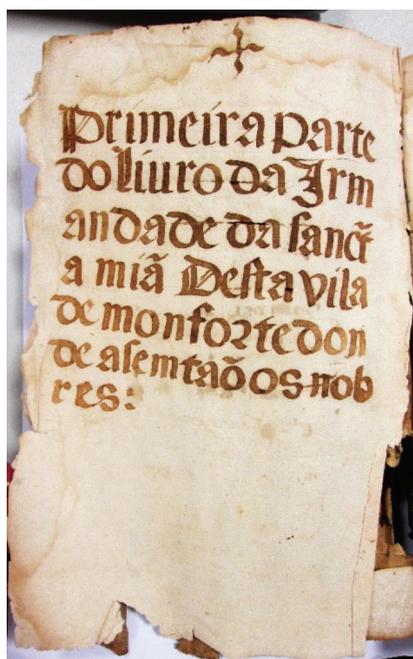


Figura 7 - Frontispício da Primeira Parte do Livro dos Irmãos da Misericórdia de Monforte (1593-1793).
 Nota. Legenda: "Primeira parte do liuro da Irmãdade da Sancta miã Desta vila de monforte donde asentão os nobres:". In *[Livro dos] Irmãos [da Misericórdia de Monforte]* (1593-1793). Créditos fotográficos: António Jorge Botelho Carrilho.

Existe um livro de inventário, da autoria de António Maria Cunha (1987), vogal da Mesa Administrativa da Misericórdia de Monforte. Intitula-se *Inventário Geral dos Valores da Santa Casa da Misericórdia de Monforte = Culturais e Outros*, que identifica grande parte dos espécimes arquivísticos em análise, bem como outros bens culturais (alfaias religiosas, imaginária, azulejos) ou de uso quotidiano da instituição (mobiliário comum e utensílios utilizados em

contexto hospitalar e administrativo), no âmbito do qual o autor fez o último esforço de organização e cadastro das existências. Numerados por ordem sequencial, alguns dos volumes constituíam atados (maços) que podemos de algum modo identificar com séries documentais, mas em alguns dos casos não houve grande critério no seu agrupamento, pois alguns dos espécimes agrupados pouco ou nada tinham a ver com os restantes, em termos tipológicos, orgânicos e funcionais. Entre outros casos, existia um maço com o número 43, onde se incluíam livros de entrada e saída de doentes, juntamente com livros de receituários prescritos aos doentes; o maço 51 continha registos de entradas e saídas nas urgências, livros de serviços hospitalares prestados e livros de registo de consultas externas; o maço 73 continha correspondência recebida e expedida, orçamentos, faturas de farmácia, livros de movimento de doentes e registos de partos entre 1973 e 1974.



Figura 8 - Os fundos documentais antes de serem transferidos para o Arquivo Histórico Municipal, em 27 de outubro de 2021. Créditos fotográficos: António Jorge Botelho Carrilho.



Figura 9 - Organização dos fundos segundo António Maria da Cunha, na sede da Misericórdia.
Créditos fotográficos: António Jorge Botelho Carrilho.

Entre a documentação transferida, conseguimos detetar no *Livro do tombo da Santa Casa da Misericórdia da Villa de Monforte e Hospital anexo da mesma* (1850), dois importantes documentos para conhecer um pouco mais da História do Arquivo da Misericórdia de Monforte. O primeiro, cosido ao miolo do tombo, intitula-se “Inventario dos livros e mais documentos da Santa Casa da Misericordia de Monforte, hospital anexo e capellas de Pedro Corrêa d’Andrade, existentes no archivo da mesma Santa Casa” (3 de julho de 1888). O segundo, a “R.^{am} [Relação] dos Livros e mais papeis que existião no Archivo da S.^{ta} Casa da Mizericordia desta V.^a em dia de S.^{ta} Izabel do anno de 1844 e que são entregues [à nova mesa]”, é solto mas encontrava-se dentro do tombo. Ambos são listagens que designam os espécimes existentes: o primeiro, de 6 páginas, denota alguma preocupação organizacional, pois numa primeira parte lista todos os documentos e livros existentes, e posteriormente abre secções para identificar os títulos dos foros da Casa da Misericórdia, os títulos dos foros da Casa do Hospital, os títulos de propriedades e foros vendidos e prescritos, escrituras de mútuos, os livros e documentos da Capela de Pedro Corrêa d’Andrade; o segundo, de 8 páginas, designa as existências e indica as quantidades.

Existem dois instrumentos de descrição posteriores ao inventário de António Maria Cunha. O primeiro foi elaborado no âmbito do *Recenseamento*

dos Arquivos Locais. Câmaras Municipais e Misericórdias, coordenado por José Mariz (Mariz, 1996, pp. 184-188). O segundo é da autoria de Pedro Penteado (Penteado, 2002, pp. 230-231). O primeiro apresenta uma estrutura orgânico-funcional, estando muito ligado à proposta avançada por Mariz em 1992, para um quadro de classificação da Administração Local (Mariz, 1992, pp. 143-154). O segundo apoia-se na norma *ISAD(G)*, descrevendo o âmbito e conteúdo do fundo da Misericórdia e indicando as unidades de descrição relacionadas, as datas extremas e a dimensão. Ambos os instrumentos enumeram, além do fundo da MMFT, os fundos do Clube Artístico Monfortense, da Santa Casa da Misericórdia de Assumar e da Comissão de Assistência aos Pobres de Monforte.

Sobre a história da Santa Casa da Misericórdia de Monforte (SCMMFT), quase toda por fazer, existe somente uma pequena brochura da autoria de José Cunha (2018), produzida no âmbito das comemorações dos 500 anos da instituição e o instrumento de acesso à informação da nossa autoria, intitulado *Os fundos documentais depositados pela Misericórdia de Monforte no Arquivo Municipal: classificação e inventariação de séries*, que muito gostaríamos de ver editado ou divulgado pela Câmara Municipal daquela vila, no seu sítio de internet.

5. A Santa Casa da Misericórdia de Monforte enquanto entidade produtora

Não se sabe ao certo quando nasceu a SCMMFT, mas sabe-se que em 1518 já existia, uma vez que data de 12 de agosto desse ano um documento exarado da chancelaria régia, ordenando ao Hospital de Todos os Santos a entrega de esmolas em açúcar a diferentes instituições, entre elas a MMFT (Paiva, 2004, pp. 200 e 374).

A 3 de maio de 1524 foi anexado à Misericórdia, o Hospital do Corpo de Deus, descendente de uma Albergaria com a mesma designação, cuja existência é atestada em documentos do século XV (Cunha, 2018, p. 3).

No dia 10 de abril de 1956 foi feita a entrega provisória da obra do novo hospital à Santa Casa da Misericórdia (*Auto de receção provisória da obra de construção do novo hospital de Monforte, adjudicada a José Alves dos Reis*, 1856).

Em 28 de abril de 1958 a sede da Misericórdia de Monforte foi transferida para o novo hospital, onde ainda hoje funciona (Ministério das Finanças, 1967) (Figura 10).



Figura 10 - Sede e Lar da Misericórdia de Monforte (2021).
Créditos fotográficos: António Jorge Botelho Carrilho.

Ao longo de mais de cinco séculos de vida, a MMFT foi regulada por diferentes compromissos, sendo os primeiros adotados da Misericórdia de Lisboa, com uma tendência crescente para a adaptação às especificidades concelhias. No século XIX, em 1855 (“Instruções Provisórias para a Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia e Hospital”, 1855, fls. 69-72), surgem as primeiras disposições estatutárias próprias, seguindo-se depois as dos anos de 1912 (*Projeto d’um novo Compromisso para a antiga Santa Casa da Misericórdia de Monforte*, 1912), 1935 (*Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*, 1935), 1981 (*Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*, 1981), 1986 (*Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*, 1987), 1990 (*Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Monforte*, 1990) e 2015 (*Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*, 2015).

O fundo (sistema) documental da MMFT é constituído por 472 unidades de instalação, repartidas por 9 secções, 17 subsecções e 71 séries. A documentação encontra-se arrumada nas salas 7 (estantes 40 a 44) e 8 (estantes 2 a 6) do edifício onde funcionam os serviços de História, Arquivo e Arqueologia (Figura 11).

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO		
SISTEMA		MISERICÓRDIA DE MONFORTE
Secção	Subsecção	Séries
AG	SEC	1 – Atas das sessões
	n/a	1 - Compromissos
AGMA	CART	1 – Eleições
	SEC	1 – Atas das sessões
C	CART	1 – Arrematações 2 – Públicas-formas de escrituras do Tabelião António Xavier Loução 3 – Escrituras: originais, treslados e públicas-formas 4 – Sentenças Cíveis 5 – Miscelânea 6 - Despesa 7 - Receita 8 – Receita e Despesa
	SEC	1 – Correspondência expedida 2 – Correspondência recebida 3 – Correspondência recebida e expedida 4 – Documentos de despesa 5 – Receita e Despesa 6 – Conta corrente da despesa 7 - Receita 8 – Receita e Despesa: registo anual 9 – Receita e Despesa: registo diário 10 – Registo de despesas 11 – Receita: registo mensal 12 – Registo de dívidas ativas e passivas 13 – Registo dos Irmãos 14 – Quotizações dos Irmãos 15 – Quotizações dos Amigos 16 – Recursos humanos: férias
	TES	1 – Receita e Despesa: diário do tesoureiro 2 – Receita e Despesa: movimento de caixa
CA	SEC	1 – Atas das sessões
CPCA	CART	1 – Partilhas de rendimentos da Capela 2 – Contas 3 – Processos de atribuição de dotes de casamento
DEF	SEC	1 – Atas das sessões
H	CART	1 – Receita 2 – Receita e Despesa 3 – Despesa
	F	1 – Receituários
	SEC	1 – Correspondência recebida 2 – Correspondência recebida e expedida 3 – Despesa 4 – Receita 5 – Receita e Despesa 6 – Registo de dívidas ativas e passivas 7 – Estatística 8 – Inquéritos aos doentes pobres e indigentes 9 – Acordos com a Caixa de Previdência e Abono de Família 10 – Despesa: mapas de alimentação de doentes 11 – Movimento de doentes 12 – Movimento no banco 13 – Processos de internamento de doentes 14 – Miscelânea 15 – Registo de óbitos 16 – Serviços hospitalares: consultas externas 17 – Serviços hospitalares: pensos e injeções
M	CART	1 – Receita e despesa, termos de mesa e eleições 2 – Sessões da Mesa e Eleições
MA	CF	1 – Receita e Despesa 2 – Despesa 3 – Correspondência 4 – Publicidade
	CV	1 – Receção e distribuição de donativos
	H	1 – Novo Hospital: construção 2 – Novo Hospital: fornecimentos 3 – Novo Hospital: orçamentos 4 – Novo Hospital: miscelânea 5 – Novo Hospital: arquitetura
	SEC	1 – Hospital: protocolos
	TES	1 – Património da Casa: tombos e inventários 2 – Património do Hospital: tombos e inventários

Figura 11 - Quadro de classificação sistémico, orgânico e funcional da Misericórdia de Monforte
 Nota. Legenda de abreviaturas: AG – Assembleia Geral; AGMA – Assembleia Geral e Mesa Administrativa; C – Casa; CA – Comissão Administrativa; CPCA – Capela de Pedro Correia de Andrade; DEF – Definitório; H – Hospital; M – Mesa; MA – Mesa Administrativa; SEC – Secretária; CART – Cartório; TES – Tesouraria; F – Farmácia; CF – Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora do Parto; CV – Cofre das Viúvas. Autor: António Jorge Botelho Carrilho.

6. Considerações finais

A classificação da produção documental foi difícil desde o primeiro momento, porque da parte das entidades produtoras nunca houve a preocupação explícita de fazer organigramas dos diferentes corpos sociais e serviços. Contudo, a consulta atenta da documentação permitiu configurar o quadro de classificação, tendo como principal baliza o nível de descrição “Série”. Além do mais, através da consulta dos diferentes compromissos e estatutos da Misericórdia de Monforte, foi-nos possível esboçar a sua organização interna⁸. No caso das misericórdias, a existência de compromissos normalizados foi, efetivamente, o grande facilitador, a par dos títulos formais e dos termos de abertura e encerramento, quando existentes, de algumas séries documentais, especialmente constituídas por livros de registos de receitas e despesas ou de atas de sessões e eleições. Para os restantes fun-

⁸ Em 1855, designando-se como Santa Casa da Misericórdia e Hospital Anexo, constituía-se por uma Comissão Administrativa composta por Presidente, Vice-Presidente e 3 vogais e com os seguintes empregados: Secretário; Tesoureiro; Procurador; Capelão; Médico; Cirurgião; Boticários; Sangrador; Enfermeiro; Almocreve. Em 1912, a Irmandade da Misericórdia da Vila de Monforte tinha Irmãos de ambos os sexos, mas as mulheres não eram eleitoras nem elegíveis, e como Corpo Social tinham uma Assembleia Geral com 1 presidente e 2 secretários e uma Mesa, constituída pelo Provedor, Secretário, Tesoureiro e quatro fiscalizadores do hospital (irmãos de mês) + 7 substitutos. Em 1935, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte constituía-se por Irmãos ordinários, benfeitores e beneméritos, com profissão e poder para pagar as cotas; o mandato dos órgãos era de três anos, sendo eles a Assembleia Geral, com 1 Presidente e 2 Secretários, e a Mesa Administrativa, que incluía o Provedor, Secretário, Tesoureiro e 4 Vogais (irmãos de mês). Em 1981, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte era uma associação canonicamente ereta, aceitando a regulamentação da lei e a fiscalização do Estado, constituindo-se por irmãos ordinários, benfeitores e beneméritos, sem limite numérico; o mandato dos órgãos era de 3 anos, sendo eles a Assembleia Geral (Presidente e 2 secretários) e a Mesa Administrativa, composta pelo Provedor, Secretário, Tesoureiro e 4 vogais (irmãos de mês). Em 1986, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte previa mandatos dos órgãos sociais de 3 anos, sendo eles Assembleia Geral: Presidente e 2 Secretários (e respetivos suplentes), a Mesa Administrativa: Provedor, Vice-Provedor, Secretário, Tesoureiro e 3 Vogais + 3 substitutos e os Mordomos (coadjuvantes facultativos) + irmão de mês (visitador). Em 1990, a Irmandade da Misericórdia ou Santa Casa da Misericórdia era uma IPSS com personalidade jurídica canónica e civil, com irmãos de ambos os sexos, em número ilimitado, que aceitassem os princípios da doutrina e moral cristã, sendo os mandatos dos órgãos sociais de 3 anos, com a possibilidade de dois mandatos consecutivos, sendo eles a Assembleia Geral, com Mesa constituída por Presidente, 1.º e 2.º Secretários e 2 suplentes, a Mesa Administrativa constituída por Provedor, Vice-Provedor, Secretário, Tesoureiro, Vogal e 2 suplentes, e o Definitório, constituído por Presidente e dois vogais e 2 suplentes e um capelão privativo. Em 2015, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte mantinha número ilimitado de irmãos, sendo os mandatos dos órgãos sociais de quatro anos, e eram eles a Assembleia Geral, cuja mesa se constituía por um Presidente, Vice-Presidente e Secretário, a Mesa Administrativa, composta pelo Provedor, Vice-Provedor, Secretário, Tesoureiro, Vogal e 3 suplentes, e pelo Conselho Fiscal ou Definitório, composto pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário e 2 suplentes. Neste último compromisso, ainda em vigor, é prevista a possibilidade de criação de um Conselho Consultivo.

dos foram de especial importância os livros de atas e de receitas e despesas, os primeiros porque contêm atas de eleição dos corpos sociais e os segundos porque apresentam o nome dos corpos responsáveis pelos atos de abertura ou encerramento dos livros ou pelos atos administrativos propriamente ditos.

Quanto à MMFT, a principal dificuldade na elaboração do quadro de classificação decorreu do facto de algumas séries documentais serem híbridas, no tocante à tipologia de documentos. Exemplo desse hibridismo são as séries que designámos como “Receita e despesa, termos de mesa e eleições”, na secção Mesa, subsecção Cartório, e as séries designadas como “Miscelânea”, na secção Casa, subsecção Cartório, ou na secção Hospital, subsecção Secretaria. Também nos deparámos com hibridismo no que concerne aos produtores da documentação na secção da MMFT, que designámos como “Assembleia Geral e Mesa Administrativa”, subsecção Cartório, em que se integram três livros da série Atas das sessões.

Conscientes de que o instrumento de descrição que elaborámos não poderia, no tempo de que dispúnhamos, chegar à descrição documento a documento, não deixamos, contudo, de confirmar que o modelo sistémico e interativo é aplicável às Misericórdias ou a qualquer outra entidade geradora de informação, suportada materialmente. Conseguimos perceber o seu âmago organizacional, e dentro dessa organização, identificar com maior ou menor precisão, quem e em que contexto produziu a documentação. O trabalho levado a cabo, muito aquém do que gostaríamos que fosse, permitiu-nos, com efeito, perceber as vantagens da teoria sistémica proposta por Malheiro da Silva: quanto mais fina, ou detalhada, for a descrição documental, mais responde às necessidades dos potenciais utilizadores e às modalidades de busca colocadas nos sistemas de informação. O facto de se privilegiar o estudo do documento simples, integrando-o num sistema de informação, permite ter uma ideia de conjunto, do complexo humano e social, dos diferentes contextos de produção e uso da informação.

Futuramente, a produção da documentação deverá respeitar a organização interna definida em sede de compromisso, regimento, etc., evitando o uso comum dos mesmos suportes documentais por secções ou subsecções (serviços) diferentes, quando se tratar de livros. Tal opção permitirá evitar situações dúbias na classificação, como as que referimos no segundo parágrafo destas considerações finais. De igual modo, sempre que seja reformado o compromisso, devem ser abertos novos livros, respeitando a nova orgânica. Poder-se-á equacionar, para uma maior minúcia na definição dos produtores e da classificação de determinadas séries, a abertura de livros de atas de sessões sempre que se inicia um novo mandato dos corpos sociais.

7. Referências

a) Documentação de Arquivo

- Cunha, A. M. (1987). *Inventário Geral dos Valores da Santa Casa da Misericórdia de Monforte = Culturais e Outros =*. Mesa Administrativa da Misericórdia de Monforte. Misericórdia de Monforte. (1856, abril, 10). *Auto de receção provisória da obra de construção do novo hospital de Monforte, adjudicada a José Alves dos Reis*.
- Misericórdia de Monforte. (1987). *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*. Tipografia Nun'álvares Lda.
- Misericórdia de Monforte. (2015, novembro, 12). *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*.
- Misericórdia de Monforte. (1803). *Hospital. Receita. 1803-1841*. (fl. 1).
- Misericórdia de Monforte (1593-1793). [Livro dos] *Irmãos* [da Misericórdia de Monforte]. (fl. 1v.).
- Misericórdia de Monforte. (1802). *Livro de todos os foros e rendas da Casa do Hospital da Vila de Monforte*. [Também designado como] *Tombo do Hospital*.
- Misericórdia de Monforte. (1844). "Instruções Provisórias para a Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia e Hospital" aprovadas na Sessão de 28 de outubro de 1855. In *Livro das deliberações da Comissão da Santa Casa da Misericórdia da Villa de Monforte. 6 de Novembro de 1844 a 1864 – 8.º Livro* (pp. 69-72).
- Misericórdia de Monforte. (1888). *Inventario dos livros e mais documentos da Santa Casa da Misericórdia de Monforte, hospital anexo e capellas de Pedro Corrêa d'Andrade, existentes no arquivo da mesma Santa Casa*.
- Misericórdia de Monforte. (1802). *Livro de todos os foros e rendas da Casa da Misericórdia da Villa de Monforte. Anno de 1802*.
- Misericórdia de Monforte. (1850). *Livro do tombo da Santa Casa da Misericórdia da Villa de Monforte e Hospital anexo da mesma*.
- Misericórdia de Monforte. (1967, maio, 23). Ministério das Finanças. *Contribuição Predial (modelo 129) – Declaração para inscrição ou alteração de prédio urbano*.
- Misericórdia de Monforte. (1844). *R.^{am} [Relação] dos Livros e mais papeis que existião no Archivo da S.^{ta} Casa da Misericórdia desta V.^a em dia de S.^{ta} Izabel do anno de 1844 e que são entregues [à nova mesa]*.
- Misericórdia de Monforte (1736). [Livro de] *Receita e Despesa. 1736 a 1737. Misericórdia*.
- Misericórdia de Monforte. (1848-1853). *Receituário do Hospital de Monforte*. (fl. 4).
- Misericórdia de Monforte. *Tombo de 1744: Copiador de testamentos, escrituras e papeis pertencentes à Santa Casa da Misericórdia*.
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. (1516, dezembro, 20). *Compromisso da Confraria de Misericórdia* [de Lisboa]. Oficina de Valentim Fernandes e Harmam de Campos. <https://backoffice.scml.pt/wp-content/uploads/2020/11/Compromisso-Edicao-de-1516.pdf>
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. (1745). *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*. Oficina de Joseph da Silva Natividade.

- Santa Casa da Misericórdia de Monforte. (1912). *Projeto d'um novo Compromisso para a antiga Santa Casa da Misericórdia de Monforte*. Typografia Leonardo.
- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. (1990, junho, 2). *Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Monforte*. (PT/SGMAI/GCPTG/H/B/001/01607).
- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (1935, outubro, 20). *Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*. (1935, outubro, 20). (PT/SGMAI/GCPTG/H/B/001/00280).
- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. (1981, outubro, 25). *Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*. (1981, outubro, 25). (PT/SGMAI/GCPTG/H/B/001/00280).

b) Bibliografia

- Amado, Joaquim dos Reis. (1806). *Alvará, por que Vossa Alteza Real Ha por bem Determinar que as Casas de Misericordias das Cidades, e Villas destes Reinos, e seus Dominios, se regulem pelo Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. (1806, outubro, 18). Imprensa Régia.
- Bellotto, H. L. (2016). *Arquivos Permanentes. Tratamento documental* (4ª ed.). FGV.
- Bethencourt, F. (1993). Os equilíbrios sociais do Poder: A Igreja. In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade (1480-1620)* (pp. 149-153). Editorial Estampa.
- Cencetti, G. (1970). Inventário bibliográfico e inventário arquivístico. In *Scritti Archivistici* (p. 65). Il Centro di ricerca editore.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. (2ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2004). *ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias*. (2ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Corrêa, F. C. (1998). *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*. Santa Casa da Misericórdia.
- Couto, M. do. (1645). *Alvará Régio de 27 de novembro de 1645*.
<https://legislacaoegia.parlamento.pt/V/1/9/43/p182>.
- Cunha, J. A. (2018). Centelha de um fogo cinco vezes secular. In *Santa Casa da Misericórdia de Monforte. 500 Anos. Sessão Solene* (p. 3). Santa Casa da Misericórdia de Monforte.
- De Bruyne, P., Herman, J., & Schoutheete, M. (1974). *Dynamique de la recherche em sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. P.U.F.
- Direção Geral de Arquivos – Programa de Normalização da Descrição em Arquivo; Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo. (2007). *Orientações para a descrição arquivística*. (2ª ed.). DGARQ.
- Duranti, L. (Dir.). (2012). *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/>
- Duranti, L., & Michetti, G. (2017). The Archival Method. In A. J. Gilliland, S. McKemmish, & A. J. Lau (eds.). *Research in the Archival Multiverse* (pp. 75-95). Monash University.

- Goodolphim, C. (1897). *As Misericórdias*. Imprensa Nacional. https://purl.pt/6450/4/sc-53231-v_PDF/sc-53231-v_PDF_24-C-R0150/sc-53231-v_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf
- Gracy II, D. B. (1977). *Archives & Manuscripts: arrangement & description*. Society of American Archivists.
- Gregório, R. D. (2015). *O arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada: estudo para a implementação de um modelo de organização integrada da informação*. CHAM, FCSH/NOVA-UAc.
- Mariz, J. (1988, novembro 23-25). *Arquivos Municipais. Proposta de um Quadro de Classificação* [Comunicação]. Actas do 2.º Encontro Nacional de Arquivos Municipais, Montemor-o-Novo.
- Mariz, J. (Coord.). (1996). *Recenseamento dos Arquivos Locais. Câmaras Municipais e Misericórdias. Vol. 4 – Distrito de Portalegre* (pp. 184-188). Ministério da Cultura, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Comissão do Inventário do Património Cultural Móvel.
- Mundet, J. R. C. (1994). *Manual de arquivística* (pp. 35-36). Fundación Germán Sánchez Ruipérez, Pirâmide.
- Paiva, J. P. (Coord.). (2002). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a História das Misericórdias. Volume 1*. CEHR-UCP / UMP.
- Paiva, J. P. (Coord.). (2003). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Antes da Fundação das Misericórdias. Volume 2*. CEHR-UCP / UMP.
- Paiva, J. P. (Coord.). (2004). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I. Volume 3* (pp. 200, 374). CEHR-UCP / UMP.
- Paiva, J. P. (Coord.). (2005). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Crescimento e Consolidação: de D. João III a 1580. Volume 4*. CEHR-UCP / UMP.
- Paiva, J. P. (Coord.). (2006). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes. Volume 5*. CEHR-UCP / UMP.
- Penteado, P. (2002). *As Misericórdias. Contributos para um guia dos Arquivos*. In CEHR-UCP, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a História das Misericórdias. Volume 1* (pp. 230-231). CEHR-UCP / UMP.
- Pinto, M. H. M., & Pinto, V. R. M. (1968). *As Misericórdias do Algarve*. Ministério da Saúde e Assistência – Direcção-Geral de Assistência.
- Ribeiro, F. (2003). *O Acesso à Informação nos Arquivos. I Volume*. Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia; Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- Rosa, M. L. (2017). Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 30, 547-586. https://doi.org/10.14195/2182-7974_30_10
- Sá, I. G. (1996a). *As confrarias e as misericórdias*. In C. Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]* (pp. 55-60). Coleção Grandes Temas da Nossa História. Círculo de Leitores.
- Sá, I. G. (1996b). *A assistência: as misericórdias e os poderes locais*. In C. Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]* (pp. 136-143). Círculo de Leitores.

- Sá, I. G., & Lopes, M. A. (2008). *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*. Imprensa da Universidade de Coimbra / Estado da Arte.
- Serrão, J. V. (1988). *História de Portugal. Volume III. O Século de Ouro (1495-1580)* (2ª ed., pp. 156-158, 348-353). Editorial Verbo.
- Serrão, J. V. (1990). *História de Portugal. Volume IV. Governo dos reis espanhóis (1580-1640)* (2ª ed., pp. 400-406). Editorial Verbo.
- Silva, A. B. M. (2004). Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista Da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas Do Património, III(I)*, 55-84.
- Silva, A. B. M., Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. (1999). *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Coleção Biblioteca das Ciências do Homem/Plural, 2. Afrontamento.
- Silva, J. C. (2017). Em busca das origens das Misericórdias em geral e da Santa Casa do Fundão em particular. *Ubimuseum – Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, 47-67. <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n05/assets/docs/04.pdf>
- Stella, V. (1985). La storiografia, l'archivistica, il lavoro d'archivio e l'archivista. In R. Giuffrida (Ed.), *Antologia di scritti archivistici* (pp. 34-35). Ministero per i beni culturali e ambientali.

c) Webgrafia

- Duranti, L. (Dir.). (2012). *Multilingual Archival Terminology*. International Council on Archives / Section on Archive Education / Centre for the International Study of Contemporary Records and Archives (CISCRA). <http://www.ciscra.org/mat/>
- Silva, J. C. (2017). Em busca das origens das Misericórdias em geral e da Santa Casa do Fundão em particular. *Ubimuseum – Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, 47-67. Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n05/assets/docs/04.pdf>

8. Índice de Ilustrações

- Figura 1 – Frente da Bandeira da Misericórdia
- Figura 2 – Verso da Bandeira da Misericórdia
- Figura 3 – Frontispício do Tombo de 1744.
- Figura 4 – Pormenor com remissão para livro anterior da Receita do Hospital, 1803 a 1841.
- Figura 5 – Pormenor de título do livro de Receita e Despesa da Misericórdia (1736-1737) com assinatura de fiscalização.
- Figura 6 – Pormenor de Receituário do Hospital de Monforte (1848-1843), com remessa ao arquivo.

Figura 7 – Frontispício da Primeira Parte do Livro dos Irmãos da Misericórdia de Monforte (1593-1793).

Figura 8 – Os fundos documentais antes de serem transferidos para o Arquivo Histórico Municipal, em 27 de outubro de 2021.

Figura 9 – Organização dos fundos segundo António Maria da Cunha, na sede da Misericórdia.

Figura 10 – Sede e Lar da Misericórdia de Monforte.

Figura 11 – Quadro de classificação sistémico, orgânico e funcional da Misericórdia de Monforte.